

BID terá mais US\$ 22,5 bilhões para liberar nos próximos 4 anos

por Ângela Bittencourt
de Amsterdã

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) deverá anunciar hoje, oficialmente, o aumento de capital do banco, assunto que vem sendo discutido desde 1986 e que gerou impasse entre os países latinos e os Estados Unidos nos últimos dias em Amsterdã.

Após uma maratona de sete reuniões, que vararam a madrugada, foi fechado um acordo a nível político, decidindo o aporte de capital da instituição, que deverá ser de US\$ 26,4 bilhões, sobre um capital atual de cerca de US\$ 40 bilhões. Se aprovado, o aumento abre o caminho para um programa de empréstimos de US\$ 22,5 bilhões distribuídos ao longo de quatro anos.

Embora houvesse pendências técnicas, poucas horas antes da abertura oficial ontem da 30ª reunião do BID, o impasse teria sido superado com os dois lados — latinos e Estados Unidos — tendo cedido um pouco. Os latinos acreditam que saíram vencedores na disputa com os americanos, porque resistiram e conseguiram derrubar uma cláusula que vinculava o aumento do capital do banco à necessidade prévia de acordos com o Fundo Monetário Internacional e/ou Banco Mundial como condição permanente para obtenção de financiamentos junto ao BID.

Ao derrubar esta cláusula, os latinos acreditam que ficou claro que o desejo é de total independência da instituição regional. No entanto, em contrapartida, decidiu-se, também, que enquanto o BID não se aparelhar melhor, ele iniciará operações de cofinanciamento com o Banco Mundial durante um prazo já estabelecido de dois anos.

Os latinos não admitem, mas esta vinculação ainda que temporária dos empréstimos foi uma concessão. As duas partes cedaram um pouco e tentou-se chegar ao meio do caminho.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, revelou que este aporte de capital, que deve ser confirmado hoje, eleva substancialmente a entrada de dinheiro no País, que volta a ter um fluxo positivo de recursos com o organismo regional.

Atualmente o Brasil paga cerca de US\$ 350 milhões por ano ao BID enquanto recebe US\$ 250 milhões. Se o aumento de capital for feito, o Brasil passa a receber cerca de US\$ 500 milhões.

“O acordo é importante”, garante Mailson, “para os países menores especialmente porque fortalece o banco regional e lhe dá condições de participar de negociação da dívida externa da América Latina. Se o aporte de capital não for feito, a instituição sai enfraquecida. Setorialmente, o BID também amplia seu papel e pode participar, ainda, das operações de compra de dívidas, por exemplo. Seus empréstimos poderiam ter essa finalidade, entre outras. Além disso, a instituição, mais fortalecida, pode atuar como uma espécie de agência administradora da renegociação de dívidas regionais, entre os países latinos.”

A princípio, o acordo político a que chegaram latinos e os Estados Unidos deixa claro que no máximo 25% dos recursos serão utilizados para financiamentos setoriais. Portanto, pelo menos 75% serão aplicados em operações normais. Existirão, ou poderão existir três tipos de financiamento, setorial puro: (projeto puro) e, misto. Os 25% dos recursos deverão abranger os empréstimos setoriais e, ainda, o componente setorial de um empréstimo misto, por exemplo.

DIFÍCIL CONSENSO

A aprovação ou pelo menos o final do impasse com os americanos tornou-se uma novela em Amsterdã, que não deu sossego ao ministro da Fazenda do Brasil e seus companheiros do Grupo dos Quatro. Após a reunião de Washington, os latinos acreditavam que o aumento de capital do banco, sem a exigência de veto dos Estados Unidos sobre os projetos, era assunto encerrado. No entanto, desde sexta-feira a situação embolou completamente, pois os americanos trouxeram propostas diferentes condicionando o aporte de recursos. A mais importante delas era o condicionamento a acordos com o FMI ou BIRD.

Ativo participante das reuniões, o ministro das Fi-

nanças da Holanda, Onno Ruding — eleito ontem presidente da Assembleia dos Governadores do BID por um ano —, soube rapidamente que os latinos não aceitariam ingerência dos organismos de Bretton Woods em seus projetos com o organismo regional. Lentamente, mas em clima de tensão evidente nos corredores do centro de convenções onde se realiza a reunião do BID, os americanos foram alterando as redações de suas propostas e após jantares e intermináveis coquetéis chegou-se a um consenso.

Em questões práticas, definida a questão de como obter mais dinheiro para aumentar os financiamentos à América Latina, o presidente do BID, Enrique Iglesias, ataca uma questão doméstica, que também está no meio da negociação: como gastar menos com administração mais enxuta e eficiente. Objetivo perseguido pelo setor privado de qualquer economia ajustada.

Fazendo provisão substancial de US\$ 30 milhões, o BID está seguindo a fórmula que o governo brasileiro já adotou para desinchar a estrutura administrativa: estimulando a aposentadoria voluntária.

“O banco espera contar com 1.600 funcionários até o final de 1989”, explica Margaret Daly Hayes, assessora de relações externas do BID. Ela estima que 150 pessoas poderão beneficiar-se do afastamento voluntário porque estarão recebendo dinheiro, o que não deixa de ser um estímulo adicional. Quem estiver interessado em aproveitar a aposentadoria especial deve solicitá-la até a próxima semana.

A expectativa dos acionistas do BID é de que a instituição mais enxuta — mas que pretende, ainda assim, substituir os funcionários antigos por novos, talvez mais especializados — poderá administrar com maior eficiência os recursos disponíveis.